

Memória, história e literatura: o Golpe de 1964 e a Ditadura em Senador Pompeu em Crônicas (2004)

Memoria, historia y literatura: el Golpe de 1964 y la Dictadura en Senador Pompeu em Crônicas (2004)

Memory, history and literature: the 1964 Coup and Dictatorship in Senador Pompeu em Crônicas (2004)

ANTÔNIO WESLEY DO NASCIMENTO MARTINS ⁱ  
EDMILSON ALVES MAIA JÚNIOR ⁱⁱ  

Resumo: O artigo investiga a obra memorialística *Senador Pompeu em Crônicas* (2004) de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, tendo como foco a trajetória intelectual de seu autor e as crônicas que abordam sujeitos ou situações relacionadas ao Golpe de 1964 e à Ditadura na cidade de Senador Pompeu-CE. Constatamos que a narrativa foi influenciada por sua trajetória pessoal e intelectual ao passo em que tentou construir, com as crônicas, uma determinada memória sobre a cidade a partir dos sujeitos e fatos retratados. Além disso, percebemos ainda que, embora possuindo contradições referentes ao lugar social de seu autor, suas intenções, silêncios e interesses, a obra pode cumprir papel importante em termos de conhecimento da história local se analisada de forma crítica. Dialogou-se, para tal, com Barbosa (2013; 2015), Candido (2006), Le Goff (1990), Portelli (2006), Thomson (1997), dentre outros.

Palavras-chave: Crônicas. Memorialista. Senador Pompeu.

Resumen: El artículo investiga la obra memorialística *Senador Pompeu em Crônicas* (2004), de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, centrándose en la trayectoria intelectual de su autor y las crônicas que abordan sujetos o situaciones relacionadas al Golpe de 1964 y la Dictadura en la ciudad de Senador Pompeu-CE. Se comprobó que la narrativa fuera influenciada por su trayectoria personal e intelectual al passo que construyera, con las crônicas, una determinada memoria sobre la ciudad a partir de los sujetos y hechos retratados. Además, se notó todavía que, aunque posevendo contradicciones referentes al lugar social de su autor, sus intenciones, silêncios e intereses, la obra puede cumplir papel importante en termos de conocimiento de la historia local si se analiza de forma crítica. Para ello, dialogamos con Barbosa (2013; 2015), Candido (2006), Le Goff (1990), Portelli (2006), Thomson (1997), entre otros.

Palabras clave: Crônicas. Autor de memorias. Senador Pompeu.

Abstract: The article investigates the memorial work *Senador Pompeu em Crônicas* (2004) by José Maria Saraiva Nogueira Júnior focusing on the intellectual trajectory of its author and the chronicles that address subjects or situations related to the 1964 Coup and the Dictatorship in the town of Senador Pompeu (CE). It was established that the narrative was influenced by his personal and intellectual trajectory as he tried to construct, with the

ⁱ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), na Universidade Estadual do Ceará (UECE), bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Graduado em História (2022) pela mesma instituição.

ⁱⁱ Doutor (2015) em História pela Universidade Federal de Minas (UFMG). Mestre (2002) em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado (1999) em História pela mesma instituição. É professor e Coordenador do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

chronicles, a certain memory about the town based on the subjects and facts portrayed. Furthermore, it was also noticed that, although it has contradictions regarding the social place of its author, his intentions, silences and interests, the work can play an important role in terms of knowledge of local history if analyzed critically. To this end, we held a dialogue with Barbosa (2013; 2015), Candido (2006), Le Goff (1990), Portelli (2006), Thomson (1997), and others.

Keywords: Chronicles. Memorialist. Pompeu Senator.

Considerações iniciais

No ano de 2004, pela editora ABC, sede de Fortaleza, foi lançado o livro *Senador Pompeu em Crônicas*, de autoria do então advogado, escritor e militante José Maria Saraiva Nogueira Júnior, conhecido popularmente como Saraiva Júnior, e natural da cidade de Senador Pompeu, localizada no Sertão Central cearense a 272 km da Capital do Estado. A obra, composta por crônicas que abordam, de modo geral, aspectos, personagens e causos políticos da cidade entre as décadas de 1940 a 1980, possui grande prestígio, visto que é possível encontrar exemplares na biblioteca pública municipal, em instituições culturais, além de bibliotecas das escolas da cidade.

A influência que possui em termos de divulgação e conhecimento da história local são detalhes curiosos se considerarmos que, embora um intelectual, Saraiva não possua formação acadêmica em História. Desta forma, sua obra se enquadra naquilo que os historiadores definem como “memorialista”, ou seja, narrativas escritas por “sujeitos que se preocupam em pesquisar, preservar, difundir a memória e em produzir/registrar a história de suas comunidades” (Barbosa, 2013, p. 1), embora, por serem não-historiadores, acabem por utilizar, na maioria das vezes, de uma “abordagem que destoa dos métodos das ciências sociais” (Barbosa, 2015, p. 15).

Assim, imbuídos quase que de um “dever de memória” devido ao processo de “aceleração da história” (Nora, 1993, p. 7), estes sujeitos reúnem diversos documentos e articulam narrativas que acabam, muitas das vezes, ganhando mais vulto e influência no cotidiano localⁱ de onde escrevem do que historiadores (Barbosa, 2013; 2015). A questão é que esse tipo de narrativa “por muitas vezes é feita utilizando-se da memória como espelho fiel dos fatos passados e sem uma problemática específica que a desconstrua ou a questione” promovendo então, ainda de acordo com Barbosa (2015). “uma monumentalização e romantização dessa memória” (p. 15).

Isto poderia explicar, talvez, o fato de na apresentação da obra Saraiva Júnior mencionar que a escrevera “por amor à cidade [...] e, naturalmente, aos seus queridos

personagens, embora, muitas vezes, tenha procedido como um crítico de suas ações políticas” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9), salientando ainda que “a história de vida dessas pessoas marcaram profundamente as sucessivas gerações, inclusive a do autor” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9). Desta forma, buscou “contar a história de uma cidade através das ações de seu povo” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9), processo feito, segundo ele, “sem perder o ângulo do fato histórico” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9).

Em que pese a existência dessas problemáticas, contradições e limites em torno de seu processo de escrita, as obras memorialísticas possuem um papel importante pelo fato de serem literatura, ou seja, escritos que despertam algum tipo de valor nas pessoas que com eles se relacionam devido à sua capacidade imaginativa de transformar e intensificar a linguagem comum (Eagleton, 2006) ao promover a mobilização de “afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’” (Candido, 2006, p. 146), o que proporciona, portanto, “uma reorganização do mundo em termos de arte” (Candido, 2006, p. 186).

Por conta disso, tais narrativas podem ser tomadas também como fontes históricas, pois se até o século XIX a corrente historiográfica metódica/positivista, bastante influenciada pelo cientificismo do período, só considerava fontes os chamados “documentos verdadeiros”, basicamente “fontes escritas, preferencialmente oficiais” (Ferreira, 2009, p. 63), isto se modifica com as renovações historiográficas advindas dos *Annales*ⁱⁱ, além da chamada virada linguística da década de 1970. Portanto, hoje já se compreende que os textos literários são valiosas fontes históricas, pois são escritos socialmente produzidos, assim como a História que, como a narrativa literária, é também a composição de narrativas (Barros, 2010).

Sendo assim, é certo que obras memorialísticas podem contribuir com o conhecimento histórico local, desde que, como qualquer outro documento/fonte histórica, sejam observadas de uma perspectiva crítica. Neste sentido, ao se debruçar sobre uma obra como esta, não se deve esquecer que ela é um “documento/monumento”, ou seja, é “o resultado de uma montagem” (Le Goff, 1990, p. 547) articulada de um determinado lugar social (Certeau, 1982) a partir de escolhas, intencionalidades e interesses específicos de quem as produziu.

Dito isto, este trabalho estuda algumas das crônicas presentes no livro memorialístico *Senador Pompeu em Crônicas* (2004) que abordam fatores ou personagens relacionados a como o Golpe de 1964 e a Ditadura foram vivenciados na cidade. Para tal, realizamos em um primeiro

momento uma análise de certos aspectos estruturais do livro, além das relações de seu conteúdo com a trajetória do autor, para que, em um momento posterior, possamos refletir mais diretamente sobre suas crônicas.

Estrutura da obra e trajetória do intelectual

Segundo consta na apresentação de *Senador Pompeu em Crônicas* (2004), tal obra resultou da organização de uma coletânea de “crônicas publicadas no suplemento literário ‘Jornal do Leitor’, do jornal O Povo” (Nogueira Júnior, 2004, p. 11) por seu próprio autor, apesar de o mesmo não fazer referência ao período em que tais escritos foram publicados originalmente naquele impresso.ⁱⁱⁱ De todo modo, o uso do tipo narrativo crônica é interessante e justificável se pensarmos que ela possibilita ao autor, de um modo geral, “contar, comentar, descrever, analisar” algo ou uma situação a partir de um “texto curto, leve, que geralmente aborda temas do cotidiano” (Gancho, 2002, p. 8).

A menção ao cotidiano, inclusive, é constantemente enfatizada não só por Saraiva Júnior na apresentação geral da obra, mas também nos pequenos textos que antecedem os capítulos, escritos estes feitos por outros sujeitos, a maioria também natural de Senador Pompeu e, ao que parece, amigos pessoais do autor^{iv}. Neste sentido, sempre vem à baila uma justificativa de que o livro nasceu da vontade que o cronista sempre teve de registrar e jogar luz nas “ações de seu povo, ainda que essa cidade e sua gente sejam comuns e beírem o anonimato” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9).

O livro, portanto, é composto por sete capítulos, tendo cada um deles uma média de dez crônicas que abordam, como já mencionado, personagens, acontecimentos e causos que viveram e/ou ocorreram na cidade entre as décadas de 1940 a 1980. Conquanto textos em sua maioria rápidos e de leitura fluida, é possível perceber algumas contradições quando nota-se, em determinadas ocasiões, que distintas crônicas acabam abordando o mesmo assunto, trazendo detalhes distintos ou complementares. É possível conjecturar que estas repetições tenham ocorrido em virtude de tais narrativas terem sido escritas com um enorme distanciamento temporal até serem reunidas na obra.

É possível supor que este curioso e a princípio contraditório detalhe se explique pelo fato de, como toda constituição narrativa, seja ela literária, historiográfica ou de qualquer outra

natureza, nascer das seleções de quem as escreve. Isso, por sua vez, diz respeito tanto à memória que se quer articular em meio às “disputas de memória” que ocorrem em uma relação intrínseca com o esquecimento (Pollak, 1985), quanto ao já citado lugar social de quem escreve, ou seja, ao “lugar de produção socioeconômico”, visto que é “em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 1982, pp. 66-67).

Além disso, as crônicas foram articuladas, como o próprio autor gosta de enfatizar, a partir de suas próprias reminiscências, além de uma pesquisa oral que, segundo ele, “é a marca registrada do presente livro”, posto que agradece as pessoas consultadas dizendo que “na maioria dos casos, a própria família do personagem descrito foi a fonte das informações colhidas” (Nogueira Júnior, 2004, p. 9). Portanto, tem-se aí a complexidade do fato de a memória e os sentidos que compomos a respeito do passado mudarem a partir de nossas subjetividades e identidade momentânea, visto que “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente” (Thomson, 1997, p. 56).

Acreditamos, portanto, que para compreendermos as memórias discutidas por Saraiva Júnior em sua narrativa literária, é necessário, pelo menos de forma breve, pensar alguns aspectos de sua trajetória pessoal e intelectual. Isto é importante, pois Antonio Candido, em seu instigante *Literatura e Sociedade* (2006), nos chama a atenção para o fato de que só podemos compreender uma narrativa literária se formos capazes de fundir “texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (Candido, 2006, p. 13). Esse detalhe, aparentemente simples a priori, é complexo e fundamental, pois os fatores sociais/externos não são figurativos, mas elementos estruturantes na economia interna da obra.

Ora, se um autor, sujeito inserido em um contexto e relacionando-se com várias pessoas e situações, compõe uma narrativa que, para ser produzida e publicizada, requer a atuação de outros variados sujeitos e, ao final, o resultado disso – a obra – é lida e (re)interpretada pelo público leitor, essa postura sugerida por Cândido (2006) se torna imprescindível, pois, pensando a obra a partir dela, podemos notar que

o *externo* se torna *interno* [...] O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento

orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo (Candido, 2006, p. 17, grifos originais).

Seguindo essa indicação, a análise deixa de ser puramente sociológica para se tornar isso, mas também, em partes, crítica literária. De certo modo, algo parecido é mencionado ainda pelo historiador francês Jean-François Sirinelli (2003) quando ele indica que, para uma melhor compreensão de um intelectual e, conseqüentemente, de sua produção, seria interessante termos em mente alguns detalhes relativos à sua trajetória, de modo que seria importante pensar suas sociabilidades, embora o próprio reconheça que tal processo talvez seja um tanto difícil de se empreender (Sirinelli, 2003).

Tendo isso em mente, é interessante quando notamos que o próprio autor traz pistas sobre estas questões relacionadas à sua trajetória intelectual e suas sociabilidades – fatores presentes e que, evidentemente, surtem efeito nas escolhas e perspectivas que guiam sua escrita. Estas menções, é válido pontuar, não se encontram necessariamente no livro memorialístico analisado, mas em uma entrevista construída dialogicamente conosco a partir do percurso metodológico da História Oral Temática (Meihy; Holanda, 2018) que se consistiu basicamente em: mapeamento do entrevistado e agendamento da entrevista, confecção prévia de um questionário (espécie de roteiro semi-estruturado), realização da gravação, transcrição e a autorização para a análise a partir da assinatura de um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE.

Deste modo, recordando-se de sua infância na cidade de Senador Pompeu em finais dos anos 1960 e de como se davam algumas situações em seu ambiente familiar, Saraiva menciona questões importantes sobre suas aproximações com o mundo das letras. A este respeito, diz ele em uma entrevista nos concedida em sua residência, em Senador Pompeu, entre os dias 14 e 15 de novembro de 2019:

A Mamãe, ela, pra que eu pudesse almoçar, comer, alguma coisa [...] ela tinha que contar histórias. Só que as histórias que a Mamãe contava eram histórias de Monteiro Lobato, Machado de Assis, José de Alencar, né? E eu era criança, né? Então, eu já fui tomando pé desses grandes escritores, né? E por outro lado... O Papai era um agricultor, mas era um agricultor que gostava de ler! Então, eu pequeno tinha a responsabilidade de ir comprar o jornal, que vinha no trem. Então, eu comprava o jornal. Quando ele chegava, ele tomava banho e jantava e ficava numa cadeira aqui, a Mamãe em outra aqui e eu numa aqui, no meio deles. Então, ele dava uma olhada nas manchetes e dizia: “– Leia essa aqui pra mim!”. Então, eu estava lendo (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

É evidente que tais recordações surgem a partir da relação dialética e sempre viva que sua memória estabelece sobre o passado mediante a mobilização de “fatos” e “representações” (Portelli, 2006). Ainda assim, fica aparente, neste caso relatado, que, diferentemente da grande maioria das pessoas da época, os contatos do autor com o mundo das letras começaram bem cedo, ainda em sua infância, de maneira que isto ocorreu muito por influência de sua família, em especial sua mãe, que foi professora de grande prestígio e reconhecimento.^v

Continuando os comentários a respeito daquele período de sua vida, de suas primeiras leituras e o início de sua formação intelectual, na entrevista já mencionada, ele afirma: “a minha infância foi assim. Foi entre histórias que a Mamãe contava, entre jornais... Aí, tinha a revista O Cruzeiro!”, que ele elogia dizendo: “era uma revista muito bonita, colorida e vinha com uns assuntos, digamos assim, modernos! E me lembro que a última página era uma crônica da Rachel de Queiroz [...] que eu também lia alguns artigos”, e finaliza: “José de Alencar, né? Então, eu sabia as histórias de José de Alencar, que a mamãe contava aqui tudo, entendeu? A minha infância foi essa” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

Sua trajetória intelectual, portanto, inicia ainda no seio de sua casa e, ao que parece, amplia-se, assim como sua sociabilidade, a partir do momento em que dá continuidade à sua formação educacional na cidade de Fortaleza após mudar-se para lá na virada da década de 1960 para os anos 1970, visto que, aparentemente ao final daquele decênio, num momento em que ele define descontraidamente como “nessa fase aí de Beatles” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019), há um encontro com outros ambientes e sujeitos que estimulam sua reflexão sobre o mundo e, particularmente, sobre o que ocorria no Brasil àquela altura: a Ditadura articulada após o Golpe de 1964.

Assim, fazendo referência à sua juventude e formação acadêmica e intelectual no fim dos anos 1970, Saraiva Júnior diz, novamente na entrevista a nós concedida no ano de 2019: “Eu, que já era um curioso nessas alturas, já procurava bibliotecas. Porque naquele tempo... naquele tempo e hoje continua... livros são caros, né? Livros caríssimos e... eu visitava bibliotecas”, ao passo em que, aparentemente, segundo ele, começou a frequentar “o Teatro Alberto Nepomuceno, bem próximo lá de casa” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019). E continua:

Aí, eu passei a me desinibir, entendeu? Aulas de expressão corporal, aulas de dicção, aulas de história de Teatro.... Rapaz... Aí, aquilo foi uma beleza pra mim, sabe? Eu interpretando e tal. E tinha muitos debates, tinha muito debate. Traziam professores de fora, né? Quando trouxeram o Auto Filho, professor de Filosofia, pra falar de Arte e Revolução, né? [...] E quando o Auto^{vi} foi dar a palestra, foi uma palestra espetacular. Então, eu me aproximei dele e tal, quando terminou [...] eu disse assim: “– Professor, o quê que eu faço pra mim ler Karl Marx?” [...] Foi quando, ele me deu... esse primeiro livro do Bukharin, é... o ABC do Comunismo (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

O processo de “composições de reminiscências” é uma vívida articulação de sentidos sobre o passado, algo realizado a partir do presente, visto que, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (Thomson, 1997, p. 57). Isto, por sua vez, também diz respeito aos outros, uma vez que este processo de articulação e mobilização de memórias sobre o que passou “nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs” (Rousso, 2006, p. 94). Sendo que “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30).

Por isso, a importância de buscarmos compreender a trajetória intelectual do autor e as sociabilidades pelas quais ele transpassou ao longo de sua formação, especialmente quando notamos que boa parte desse processo ocorreu em plena Ditadura, de modo que, Saraiva, recorde-se do seguinte: “a minha formação política foi lendo os livros do Bukharin, os livros do Trotsky e os livros do Lenin [...] um livro que o Karl Marx começou a fazer, não terminou, e o Friedrich Engels terminou, que é [...] A origem da Família e do Estado” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

Com estas leituras e sua militância ao longo da década de 1970, chegando mesmo a se aproximar de uma linha política trotskista e, junto a outros militantes, ter tentado articular um “jornal clandestino”, pode-se pensar que àquela altura Saraiva fosse um intelectual engajado ao partilhar de sensibilidades ideológicas e experiências junto a outros sujeitos (Sirinelli, 2002).

Seu relato a respeito disso, na entrevista nos concedida em sua residência no ano de 2019, é o seguinte: “eu não perdi o contato com o Auto, né? Foi quando ele me propôs o jornal

[...] era um jornal clandestino”, o que complementa: “com o jornal que nós queríamos ganhar o Genoíno^{vii}. O Genoíno que era do... PC do B. Dificilmente ele viria, mas nós achávamos que a força do nosso argumento era tamanha que a gente ia trazer uma liderança espetacular que era o Genoíno, entendeu?” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

Apesar de àquela altura possivelmente já existirem discussões e campanhas voltadas para a articulação da Anistia, fim do Ato Institucional Nº5 e do Bipartidarismo, ainda eram plenamente atuantes os mecanismos de repressão do Estado Ditatorial (Napolitano, 2020). Deste modo, ainda lembrando destas experiências e sociabilidades vivenciadas àquela altura, Saraiva nos diz na entrevista já mencionada: “Olha, é... nós tínhamos o jornal. Eu era atuante na faculdade e quando o Auto caiu, mais cedo ou mais tarde eu comecei a perceber que estava sendo seguido, né?” (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019), acrescentando, sobre a ocasião em que foi preso pela repressão durante dois dias no ano de 1977 em virtude de sua aproximação com o citado jornal clandestino:

Eu fui pegar o ônibus [...] eu fui o último a entrar [...] o ônibus andou [...] meio quarteirão [...] nisso subiu um cara [...] com uma pastazinha, né? [...] Quando parou na Zé de Alencar, em frente a Pernambucana eu desci [...] Quando eu desço, né? Tinha um Fusca parado, lá na frente e os caras me olhando [...] Quando eu cheguei no meio da rua, aquele cara com a pasta já pegou aqui no meu braço, e disse: “– Garotão, vamos ter uma conversa aqui” [...] aí eu fui. A prisão era atrás da Catedral, por trás da Prefeitura, certo? [...] Quando eu cheguei na cela, uma cela bem pequena, era uma cama de cimento armado mesmo. Mas rapaz, eu vinha com tanto sono que eu peguei no sono, entendeu? [...] Dalí, me levaram para um camburão e na minha entrada no camburão o tratamento já começou a mudar. Aí já me empurraram. Aí, quando eu caí no camburão o cara já sentou o pé com a bota aqui em cima de mim, né? [...] Aí chegaram nesse local. Aí, quando eu fui descer lá já me botaram a borracha, né? Aí, nesse local eu poucas vezes eu fiquei sem a borracha, só quando tava dentro da cela [...] Aí, os caras partiam pra cima. Tinha um que vinha e tacava a mão aqui pegando nesse tendão e chutava a canela da gente com bota, entendeu? [...] Rapaz, aquilo foram dois dias terríveis (Depoimento de José Maria Saraiva Nogueira Júnior, 14 e 15 de novembro de 2019).

Sendo a memória algo que existe e se articula em uma relação dialética com o esquecimento e, tendo esta ocasião sido uma visível experiência traumática para Saraiva, não é difícil supormos os silêncios que a circundam (Pollak, 1985). De todo modo, acreditamos que essa experiência, assim como toda a sua trajetória intelectual e suas sociabilidades pinceladas até aqui, tenham sido fatores a influenciarem diretamente na economia do livro *Senador*

Pompeu em Crônicas (2004) tendo em vista, como já pontuado, o fato de o lugar social do autor, bem como os elementos externos/sociais, exercerem papel importante na constituição interna da narrativa (Candido, 2006).

Desta forma, após esta breve reflexão sobre a composição estrutural da obra memorialística e da trajetória intelectual de seu autor, é que, no próximo tópico deste trabalho, analisaremos algumas crônicas que abordam exatamente o Golpe de 1964 ou a Ditadura no contexto da cidade de Senador Pompeu a partir da menção a situações ou personagens locais que ocorreram ou viveram naquele momento, fatores que tornam tais escritos, se observados de forma crítica, importantes para o conhecimento da história local.

O Golpe de 1964 e a Ditadura nas Crônicas

Apesar de ser possível notar que nos primeiros três capítulos o foco da maioria das crônicas acaba sendo a trajetória de políticos ou demais autoridades locais ao invés do “povo comum”, como apregoado na apresentação da obra, os demais possuem, de fato, um foco maior no cotidiano das pessoas simples e nos causos vividos na cidade durante o período focalizado. Neste sentido, sabendo que suas crônicas são construções discursivas que se originam de suas escolhas e intencionalidades (Le Goff, 1990) e que isto contribui para a construção e mobilização de uma determinada memória em meio às “disputas” que ocorrem sobre o passado (Pollak, 1985), é curioso perceber que a temática do Golpe de 1964 e da Ditadura subsequente seja presente, com mais ou menos detalhes, em pelo menos onze crônicas.^{viii}

É consenso que o Golpe de 1964 e a Ditadura são temáticas que suscitam inúmeras “disputas de memória” (Pollak, 1985) devido, principalmente (mas não somente), à forma como o processo de anistia e abertura política foi conduzido entre o fim dos anos 1970 e a década seguinte. Tais fatores contribuíram, por exemplo, para a construção de uma memória que apregoava uma suposta tendência democrática da sociedade brasileira (Reis, 2010), ou seja, de que todos haviam sido opositores dos militares ao passo em que ninguém saberia dos crimes por eles cometidos; uma memória bastante questionada atualmente quando leva-se em conta que as Ditaduras são construídas socialmente, de modo complexo, a partir de zonas de sombra, ambivalências, consensos e consentimentos (Rollemberg; Quadrat, 2010; Cordeiro, 2015).

Sendo assim, a certa frequência com que tais temáticas surgem em algumas das crônicas do livro memorialístico *Senador Pompeu em Crônicas* (2004) talvez se explique tanto pela formação intelectual do autor ocorrida durante aquele período quanto pelo fato de ele próprio ter sido uma vítima direta da repressão. Além disso, a forma crítica como aborda a postura de algumas autoridades locais que se envolveram com os militares e o protagonismo que confere a alguns sujeitos que teriam, na cidade, feito oposição ao Estado Ditatorial poderiam indicar que Saraiva quis articular, a partir de seu próprio lugar social, uma narrativa que de algum modo aproximaria o “povo comum” da cidade da tal tendência democrática da sociedade brasileira.

Sobre as crônicas em que se volta para a atuação de autoridades políticas e menciona tais temáticas de forma breve, temos, dentre outras, aquelas que de algum modo fazem referência ao grupo político composto pelos ex-prefeitos Francisco França Cambraia^{ix} e José Rolim Gomes^x, além do ex-deputado estadual Francisco Fonseca Coelho, todos filiados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) durante a Ditadura, sendo políticos de boas relações com a cúpula militar, além de terem dominado as teias políticas locais por quase 20 anos, entre o final da década de 1960 e o fim dos anos 1980 (Carvalho, 2003; Nogueira Júnior, 2004).

Na narrativa referente à Francisco Fonseca Coelho, popularmente conhecido como “Coelhinho”, deputado estadual entre as décadas de 1970 a 1990, por exemplo, é possível observar: “Sempre estive ao lado dos sucessivos coronéis governadores do Estado do Ceará, ligados à ditadura militar” (Nogueira Júnior, 2004, p. 84). Já sobre o ex-prefeito Francisco França Cambraia, ele diz que aquele foi um “dos prefeitos nascidos no regime da ditadura militar em que o Brasil mergulhou na noite de 31 de março de 1964” (Nogueira Júnior, 2004, p. 82), ao passo em que sobre José Rolim Gomes, tem-se: “Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político que dava sustentação à ditadura militar, que se instalara no País a partir de 1964 [...] Seguiu fielmente as orientações do então deputado estadual Fonseca Coelho (Arena) [...]” (Nogueira Júnior, 2004, p. 89).

A respeito dos atores sociais que de algum modo articularam algum tipo de oposição ou resistência, por seu turno, é possível perceber algumas crônicas bem interessantes. Há, por exemplo, uma a respeito de um advogado e funcionário público da agência do Banco do Brasil da cidade entre as décadas de 1960 a 1970 chamado Francisco Nogueira Albuquerque, em que se lê que este foi, segundo Saraiva Júnior, “o primeiro oposicionista a lutar contra a prepotência

dos coronéis e demais bajuladores representantes da ditadura militar local” (Nogueira Júnior, 2004, p. 102), ao referir-se à candidatura para Prefeito daquele sujeito durante o pleito de 1982.

Uma riqueza maior de detalhes a respeito das oposições e resistências ocorridas no município quando do Golpe de 1964 é observada em uma crônica instigante chamada “O Grupo dos Onze”. Tal narrativa faz referência a um grupo de jovens estudantes da cidade que supostamente teria participado do movimento social de mesmo nome articulado entre o fim de 1963 e início de 1964 pelo então Deputado Federal pela Guanabara, Leonel Brizola do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o intuito de defender a Democracia e fazer pressão pela aprovação e realização das Reformas de Base por parte de João Goulart (Tavares, 2016). A este respeito, Saraiva escreve:

Poucos sabem que, desde janeiro de 1964, estava em gestação o Grupo dos Onze, na cidade de Senador Pompeu [...] Não se pode dizer que o Grupo dos Onze de Senador Pompeu tenha existido enquanto reação efetiva. Ele existiu enquanto embrião de uma possível revolução. Mas, é importante, em termos de registro histórico, para os estudiosos e, principalmente, para as novas gerações, o conhecimento da não concordância com o Golpe de Estado imposto pelos militares, de uma parcela significativa daquela população interiorana (Nogueira Júnior, 2004, p. 99).

É interessante notar o apelo conferido pelo autor para a salvaguarda daquele episódio, algo feito aparentemente para que as gerações futuras de senadorenses não deixassem de conhecer aquele fato que demonstra, é importante ressaltar, as interconexões e complexidades existentes entre o local e as dinâmicas e tensões que ocorriam a nível nacional no período. Assim, embora o suposto Grupo dos Onze de Senador Pompeu não tenha sido efetivamente criado devido, dentre outros fatores, à ocorrência do Golpe que depôs o Presidente Goulart (Martins, 2022), o apelo e justificativa dados pelo autor a esta crônica ligam-se mais uma vez, cremos, ao tipo de memória que se quis construir para a cidade e seus sujeitos a partir de seu discurso narrativo.

Ainda segundo esta crônica, os possíveis componentes do grupo teriam sido os jovens “José Carvalho de Oliveira, apelidado de Dedé Dentista, seu líder [...] Antônio Lisboa, Djanir Pedrosa, Lourdinha Almeida, Antônio Augusto Parente, o médico Danton Correia Nobre, Djanira Pedrosa, e outros que preferiram o anonimato” (Nogueira Júnior, 2004, p. 99), que, segundo Saraiva Júnior, supostamente teriam articulado até um plano para tomar de assalto a

cidade caso isto fosse solicitado por Brizola numa possível resistência aos militares. Diz o autor a este respeito:

A cidade de Senador Pompeu seria tomada de assalto antes do amanhecer. O prefeito, o todo-poderoso padre Odílio Lopes de Melo Galvão, seria seqüestrado e mantido em cativeiro até segundas ordens. O Delegado de Polícia deveria ser rendido e preso junto com seus quatro soldados. Suas armas seriam entregues à direção do grupo. A comunicação telegráfica ficaria sob o comando de um dos membros do grupo para receber e transmitir as notícias. Seria lido, através da irradiadora local, mensagens à população, dando satisfação e, ao mesmo tempo, conclamando-a para apoiar o Grupo Revolucionário dos Onze. Com o objetivo de causar um efeito psicológico positivo, seria dada uma rajada de metralhadora da torre da Igreja Matriz para os ares. Essa seria a senha de que as tarefas do dia foram cumpridas, estava tudo sob controle (Nogueira Júnior, 2004, p. 100).

A riqueza de detalhes ofertada pela crônica a respeito deste suposto plano do grupo é curiosa, pois não se sabe exatamente quem o teria dito isto de modo tão pormenorizado. De todo modo, até onde é possível inferir, este grupo realmente teria ficado apenas no plano das ideias – como a própria crônica menciona em seu início –, ou seja, a ação efetiva dos sujeitos supostamente envolvidos teria sido apenas a de organização de reuniões e discussões a respeito das tensões e rumos que o país estava tomando naquele intenso momento (Martins, 2022).

Este grupo teria tido ainda, conforme Saraiva Júnior, o apoio de Pe. João Salmito Neto, vigário da cidade entre os anos de 1959 a 1967. Segundo ele, as “reuniões [do suposto Grupo dos Onze] aconteciam clandestinamente sob o manto de proteção do vigário, padre Salmito, em plena casa paroquial” (Nogueira Júnior, 2004, p. 99). O ex-pároco, inclusive, é tema de outra das crônicas presentes no livro memorialístico que traz detalhes interessantes a respeito de instigantes mobilizações sociais que havia na cidade antes mesmo do Golpe de 1964 e que resultaram em possíveis articulações de oposição à Ditadura.

A este respeito e mencionando a práxis pastoral de Salmito, Saraiva Júnior escreve: “Seu método de trabalho estava mais voltado para os pobres, os trabalhadores e os humildes cristãos [...] que culminou com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município” (Nogueira Júnior, 2004, p. 62). Além disso, “agregou boa parte dos jovens senadorenses em duas linhas de estudos: Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC). Movimentos [...] que pregavam uma nova sociedade, justa, fraterna e democrática” (Nogueira Júnior, 2004, p. 62), o que, segundo ele, deu formação política e ideológica a jovens

líderes “tais como: Pedro Bezerra, Manoel Monteiro, Antonieta, José Pimenta e José Genoíno Neto” (Nogueira Júnior, 2004, p. 62).

Muitos destes jovens citados na crônica, mesmo após o Golpe e a posterior saída de Salmito da liderança da paróquia em 1967, quando afastou-se das atividades eclesiais, realmente se envolveram em mobilizações sociais que direta ou indiretamente realizaram oposição à Ditadura, fosse na cidade ou mesmo em outro local. José Genoíno Neto^{xi}, por exemplo, o mais famoso e reconhecido destes, posteriormente se mudaria para Fortaleza, onde se envolveria com o movimento estudantil universitário e o PC do B tendo posteriormente participado, inclusive, da Guerrilha do Araguaia entre os anos de 1970 a 1972, quando foi preso.

Em crônica presente no segundo capítulo do livro, denominada “O Jovem Genoíno Neto”, Saraiva menciona que o “revolucionário” rapaz, em sua juventude na cidade de Senador Pompeu, possuía “desejo de transformar a realidade injusta” (Nogueira Júnior, 2004, p. 65). Já sobre a sua atuação na cidade junto a Padre Salmito nos momentos que antecederam ao Golpe de 1964, ele comenta:

Seu ímpeto em estudar e a sua vontade pétrea em fazer as coisas caminharem fizeram com que padre Salmito o levasse a participar das reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, juntamente com Pedro Bezerra, Manoel Monteiro e Antonieta. Aos poucos foi se tornando o líder da Juventude Estudantil Católica (JEC), promovendo debates sobre questões sociais, estudantis e políticas. Através da JEC, ele participou de alguns seminários estudantis em outros estados, principalmente, em Pernambuco, Bahia e São Paulo. Desta forma travou amizade com outros jovens ligados à corrente política denominada de Ação Popular (AP), de estreita ligação com o clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e, então, teve conhecimento de livros, jornais e documentos que analisavam a crise nacional por que passava o Brasil e o avanço do movimento socialista no mundo, especialmente na China de Mao Tse Tung (Nogueira Júnior, 2004, pp. 64-65).

Embora não haja comprovação tácita de que a Juventude Estudantil Católica tenha realmente existido em Senador Pompeu (Martins, 2022) e que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da urbe só tenha sido oficialmente criado em 1965 (Silva, 2017), é curioso que o autor tenha mencionado estas questões em sua narrativa, pois elas se tornam mais elementos a contribuírem com a constituição de uma memória de luta e engajamento, por certos setores sociais locais, em prol de uma ampliação de direitos e, conseqüentemente, contra o autoritarismo que recairia no país após o Golpe de 1964.

Esta “montagem”, ou seja, a articulação desta memória de luta e resistência a partir de suas intencionalidades, silêncios e interesses (Le Goff, 1990), se torna ainda mais factível quando observamos o foco e os detalhes dados à trajetória de José Genoíno nas tramas e tensionamentos locais, visto ser um sujeito de militância conhecida em todo o país. Isto é interessante, pois de alguma maneira complexifica a relação do contexto local com os embates e disputas que ocorriam a nível nacional tanto nos momentos que antecederam ao Golpe de 1964 quanto à Ditadura em si, já que tais narrativas não só inserem, como conferem protagonismo ao município nas discussões a respeito.

Os demais sujeitos citados – Pedro Bezerra, Antonieta e Manoel Monteiro – não possuem crônicas específicas sobre suas trajetórias, mas é de conhecimento público que continuaram atuando na cidade em proximidades aos movimentos sociais que por lá já existiam ou posteriormente seriam articulados, caso das chamadas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que na cidade surgiram já ao fim dos anos 1970 com o apoio do vigário italiano Pe. Albino Donatti (Silva, 2017; Souza, 2021), além do próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Pompeu, criado ainda em 1967 e que teve Manoel Monteiro e Pedro Bezerra como presidentes, tendo os dois sido perseguidos (e, no caso de Pedro, preso) por sua atuação na entidade (Cavalcante, 2002; Silva, 2017; Martins, 2020).

Deste modo, tais crônicas presentes no livro memorialístico *Senador Pompeu em Crônicas* (2004), evidentemente articuladas a partir do lugar social, das intencionalidades e escolhas de seu autor, abordam aspectos relacionados à vida de algumas pessoas e a fatos ocorridos na cidade de Senador Pompeu tanto no momento do Golpe de 1964 quanto durante a posterior Ditadura. Tais informações, escrutinadas à luz dos procedimentos teórico-metodológicos da historiografia acadêmica, podem ser úteis para um melhor conhecimento a respeito da história local a partir da trajetória de seus próprios sujeitos.

Considerações Finais

Notamos que o livro *Senador Pompeu em Crônicas* (2004) possui interessante relevância na cidade de Senador Pompeu, o que é curioso quando recordamos que trata-se de uma obra memorialística e que, por isso mesmo, traz consigo uma série de questões e tensões resultantes, assim como qualquer outro documento ou fonte histórica, das intencionalidades,

seleções, interesses e silêncios de seu autor que, por sua vez, articulou suas narrativas a partir de um lugar social específico. De toda forma, pensamos que a obra pode ser interessante para um maior conhecimento da história local se observada à contrapelo, ou seja, de forma crítica.

Verificamos que as temáticas do Golpe que depôs o Presidente João Goulart em 1964 e da Ditadura (1964-1985) aparecem em uma interessante quantidade, dentre as crônicas reunidas no livro citado. Pensamos que isto se explica tanto porque o autor cresceu e traçou sua trajetória intelectual e sociabilidades durante aqueles eventos quanto pelo fato de ter sido, ele próprio, uma das vítimas a sofrerem com os distintos mecanismos utilizados pelo sistema repressor articulado e azeitado pelo e durante o Estado Ditatorial.

Por fim, compreendemos ainda que Saraiva Júnior, ao escrever narrativas sobre fatos e situações vivenciadas na cidade de Senador Pompeu durante o Golpe de 1964 e a Ditadura, bem como sujeitos e autoridades que apoiaram ou fizeram oposição ao autoritarismo do período, o fez por possivelmente tentar articular uma determinada memória a respeito da cidade, reminiscência esta que se aproximaria, no momento em que o autor escreveu a obra, de outra, mais geral, que defenderia a existência de uma suposta tendência democrática da sociedade brasileira.

Referências

BARBOSA, Nathan Pereira. **Memorialistas do Sertão Central**: memória, identidade, cultura, historiográfica e legitimação do discurso em Quixadá e Quixeramobim (1996-2002). 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado Acadêmico em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87699> Acesso em: 9 out. 2023.

BARBOSA, Nathan Pereira. Práticas historiográficas no interior do Ceará: memorialistas e cronistas. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2013, Natal. **Anais Eletrônicos** [...]. Natal: Associação Nacional de História, 2013, p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364357111_ARQUIVO_artigo-Copia.pdf Acesso em: 9 out. 2023.

BARROS, José D'Assunção. História e Literatura – novas relações para novos tempos. **Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades**, n. 6, p. 1-27, mai./out. 2010. Disponível em: https://www.revistacontemporaneos.com.br/n6/dossie2_historia.pdf Acesso em: 01 dez. 2022.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CARVALHO, Luiz Flavio Mendes de. **As práticas políticas e a conquista do voto: Senador Pompeu – 1960 a 1990**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2003.

CAVALCANTE, José Gracías. **Participação Popular e Cidadania em Senador Pompeu – CE**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Campus Avançado do Sertão Central II da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Federal do Ceará, Senador Pompeu, 2002.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: Comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-92.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores: 80 anos servindo ao Senhor**. Francisco Beltrão: Grafit, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTINS, Antônio Wesley do Nascimento. **Da “Experiência Democrática” à Ditadura: Política, Igreja e Movimentos Sociais em Senador Pompeu-CE de 1962 a 1967**. 2022, 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2022.

MEDEIROS, Fabrício Ferreira. A nova história política. **Temporalidades – revista de história**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 258-269, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5931/pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**. Como fazer como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**. História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2020.

NOGUEIRA JÚNIOR, José Maria Saraiva. **Senador Pompeu em Crônicas**. Fortaleza: ABC, 2004.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 103-130.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários, Volume II: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-102.

SILVA, Karoline Queiroz e. **“Viva as Almas da Barragem!”: A Construção da Caminhada da Seca em Senador Pompeu-CE (1982-1998)**. 2017, 136 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30957/5/2017_dis_kqsilva.pdf Acesso em: 5 abr. 2020.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SOUZA, Helton Anderson Xavier de. **Igreja é Povo, Povo é Gente: Padre Albino Donatti e um novo jeito de ser Igreja em Senador Pompeu-CE (1980-1995)**. 2021, 131 f. Dissertação (Mestrado em História e Letras) – Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2021. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=102840> Acesso em: 19 mar. 2022.

TAVARES, Tânia dos Santos. Leonel Brizola e os nacional-revolucionários: Grupo dos Onze em Duque de Caxias, Rio de Janeiro (1963-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 87-120.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, v. 15, p. 51-84, abr. 1997.

Notas

ⁱ Antes da publicação de Saraiva Júnior, já existiam outras obras memorialísticas de grande influência que abordavam aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e religiosos da cidade, tais como: *Migalhas do Sertão* (1998), *Paróquia de Nossa Senhora das Dores – 80 anos servindo ao senhor* (1999) e *Pe. Albino Donatti: um profeta no Sertão Central* (2013), de autoria do ex-pároco local João Paulo Giovanazzi. *Enciclopédia de Senador Pompeu* (2001), do advogado e escritor Valdecy Alves, dentre outras.

ⁱⁱ Nome pelo qual ficou conhecida a corrente historiográfica surgida na França, no final da década de 1920, a partir da revista acadêmica *Annales d'histoire économique et sociale*. Os principais representantes de sua primeira geração foram os historiadores Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956). Os impactos do que propunham foram tamanhos que tal corrente passou a ser conhecida como “a revolução francesa da historiografia” ao criticar as concepções historiográficas positivistas do século XIX e propor, em contrapartida, maiores aproximações com as demais ciências sociais, criar a concepção de “história-problema” em oposição à posterior história factual, elitista, oficial e excludente e, além disso, estimular uma significativa ampliação nos objetos e opções metodológicas para a História (Burke, 1991; Medeiros, 2017).

ⁱⁱⁱ Não tivemos acesso a estes escritos em sua versão original, publicados no aludido jornal.

^{iv} Estes são: o economista Marinaldo Braga, responsável pela apresentação do primeiro capítulo; o advogado Gonzaga Pinto, autor da apresentação do segundo capítulo; o sociólogo José Prudente Filho, autor da apresentação do terceiro capítulo; o geógrafo Adriano Bezerra, a cargo da apresentação do quarto capítulo; a socióloga Regina Leitão, autora da apresentação do quinto capítulo; o advogado e também escritor Valdecy Alves, que ficou a cargo da apresentação do sexto capítulo; e, por fim, também da área do judiciário, Francisco José Teixeira, incumbido de escrever a apresentação do sétimo e último capítulo.

^v A notoriedade da mãe do autor – chamada Cristina Pessoa Saraiva Nogueira – é tamanha que há uma praça pública na cidade que leva seu nome. A seu respeito, em uma crônica do quinto capítulo que leva o nome da própria em seu título, Saraiva afirma: “Sua contribuição à história da cidade de Senador Pompeu é fincada na educação. Educação que ultrapassou as salas de aulas, viajou pela beleza plástica de seus quadros e vagueia pelas lembranças dos pobres, dos vicentinos, dos velhos e de todas as pessoas de espírito elevado. Com os gestos de suas mãos e a leve brisa de seu sorriso, ela invadiu o inconsciente coletivo de um povo simples, como símbolo de humildade e discrição de seus atos filantrópicos” (Nogueira Júnior, 2004, p. 147).

^{vi} Aqui, ao que parece, o entrevistado faz referência a Francisco Auto Filho, destacado militante e ex-professor do curso de filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

^{vii} José Genoíno Neto, militante ex-combatente da Guerrilha do Araguaia (1967-1974), ex-deputado federal pelo estado de São Paulo e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). Àquela altura, se encontrava preso no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) em Aquiraz-CE.

^{viii} Estas são: “Padre João Salmite”, “O Jovem Genuíno Neto” e “Dr. Danton Correia Nobre” no segundo capítulo; “Deputado Fonseca Coelho”, “José Rolim Gomes”, “Zélio de Oliveira”, “O Grupo dos Onze”, “Francisco Nogueira Albuquerque” e “Aureliano Vitoriano” no terceiro capítulo; “Djanir e Lurdinha” no quinto capítulo; e “Dedé Dentista” no sétimo capítulo.

^{ix} Prefeito da cidade entre os anos de 1967 a 1970 e 1973 a 1976 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de 1982 a 1988 já pelo Partido Democrático Social (PDS). Era conhecido popularmente como “Seu França” ou simplesmente “França”.

^x Prefeito de Senador Pompeu nas gestões de 1977 a 1982 pela ARENA, e novamente entre 1989 e 1992, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Era popularmente conhecido como “Zé Rolim”.

^{xi} Natural do distrito de Encantado, pertencente à cidade de Quixeramobim-CE, mas distante apenas 15km da cidade de Senador Pompeu, onde morou até mudar-se para Fortaleza, já durante sua juventude (Giovanazzi, 1999; Nogueira Júnior, 2004).